

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.627 - DF (2019/0176227-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : GUILHERME AUGUSTO TRAVASSOS
RECORRIDO : VILMAR PRAXEDES GRACIANO DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GUILHERME AUGUSTO TRAVASSOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO DETRAN PARA TRANSFERIR PARA O EXECUTADO OS DÉBITOS REFERENTES A TRIBUTOS, MULTAS E DESPESAS COM O DEPÓSITO DO VEÍCULO APREENDIDO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A sentença determinou que todos os débitos em razão de não pagamento de tributos e de multas de trânsito sobre o veículo desde 07/04/2009, bem como pontuações de infrações, devem ser de responsabilidade do réu. Logo, em análise superficial do que foi determinado pela sentença, somado à circunstância de que o art. 262, do CTB, foi revogado pela Lei n.º 13.281/2016, seria possível concluir que o exequente/agravante não poderia ser responsabilizado pelas despesas com o depósito do veículo, porque a apreensão do veículo teria decorrido de exclusiva responsabilidade do réu, que não pagou os diversos encargos tributários e administrativos incidentes sobre o bem.

2. Todavia, o alienante do veículo, que não comunica a venda ao DETRAN, é responsável solidário pelos débitos de IPVA, nos termos do art. 1º, § 8º, inciso III, da Lei Distrital n.º 7.431/85.

3. A despeito do que foi determinado na sentença exequenda, o agravante continua responsável perante a Fazenda Pública do Distrito Federal pelos pagamentos dos débitos de IPVA, pois o Distrito Federal não integrou o feito de origem e não é prejudicado pela coisa julgada nele produzida, nos termos do art. 506, do CPC. Assim, para o Distrito Federal, e também para as autarquias que compõem sua Administração Indireta, o recorrente ainda é devedor de IPVA. E se o agravante ainda é devedor de IPVA, deve ser reputado corresponsável, juntamente com executado/agravado, pelo recolhimento do veículo ao depósito do DETRAN.

4. Agravo de instrumento não provido" (fl. 131e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts.134 do CTB e 134 do CTN, sustentando que:

"(...) o acórdão recorrido consignou, em suma, que, ante a ausência da comunicação de venda do veículo junto aos órgãos competentes, permanece a responsabilidade do alienante sobre os débitos inerentes ao bem.

Entretanto, em homenagem aos postulados da razoabilidade, proporcionalidade e moralidade, o caso comporta mitigação da responsabilidade solidária do alienante prevista no art. 134 do CTB, uma vez que, comprovada a tradição, a responsabilidade pelos débitos tributários e multas por infrações de trânsito deve recair naquele que estiver na efetiva posse do veículo e não no antigo dono.

Quanto ao tema, frise-se que o Superior Tribunal de Justiça, interpretando o mencionado dispositivo, firmou o entendimento de que a responsabilidade solidária prevista no art. 134 do CTN refere-se somente às penalidades (infrações de trânsito), não sendo possível interpretá-lo ampliativamente para criar responsabilidade tributária ao antigo proprietário, não prevista no CTN, em relação a imposto ou taxa incidente sobre veículo automotor, no que se refere ao período posterior à alienação, tendo em vista que a mencionada exação não se confunde com qualquer tipo de penalidade (AgRg no AREsp 382.552/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 21/11/2013; AgRg no AREsp 296.318/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 09/10/2013).

Além disso, ainda segundo entendimento do STJ, mesmo referindo-se o art. 134 do CTB apenas à responsabilidade solidária quanto às infrações de trânsito, tal solidariedade não é absoluta e deve sofrer mitigação quando ficar comprovado nos autos que as violações foram cometidas após aquisição do veículo por terceiro, ainda que não ocorra a comunicação da venda e da transferência do veículo no órgão de trânsito, afastando, assim, a responsabilidade do antigo proprietário (AgRg no AREsp 427.337/RS, Rel.

Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/07/2015; REsp 804.458/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/08/2009, DJe 31/08/2009; AgRg no AREsp 427.337/RS, Rel. Ministra REGINA

HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 01/07/2015).

Ademais, a obrigação de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando for transferida a propriedade é imposta ao proprietário adquirente do veículo, pois, em se tratando de bem móvel, a transferência da propriedade ocorre com a tradição (artigos 1.226 e 1.267 do Código Civil).

Portanto, mesmo que o Recorrente não tenha comunicado a venda do veículo ao DETRAN -DF consoante determina o art. 134 do CTB, não há se falar em responsabilidade solidária deste pelo pagamento dos encargos legais, administrativos e tributários relacionados ao veículo, visto que comprovado nos autos que as infrações de trânsito e demais débitos foram cometidos e originados após a alienação do bem.

Acresça-se que, nas ações de obrigação de fazer, cabe ao juiz, se procedente o pedido, conceder a tutela específica ou determinar providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, nos termos do art. 497 do CPC. Igual procedimento é estabelecido na fase de cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou não fazer, na qual o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente, conforme art. 536 do CPC.

Assim, ante a inércia do adquirente, pode o juiz determinar aos órgãos competentes que efetuem a transferência da propriedade do veículo e de multas e impostos para o nome do réu da demanda originária, no intuito de garantir a efetividade do provimento jurisdicional satisfativo fixado em sentença" (fls. 146/148e).

Por fim, requer "que o presente Recurso Especial seja conhecido e provido para reformar o v. acórdão proferido pela instância **a quo**, possibilitando a expedição de ofício ao DETRAN -DF nos termos pretendidos" (fl. 148e).

Contrarrazões a fls. 153/158e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 159/160e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto pela parte ora recorrente, para reformar decisão que, em sede cumprimento de sentença, indeferiu o pedido de expedição de ofício ao Detran/DF para transferir a dívida correspondente às despesas com as diárias do depósito do veículo para o nome do recorrido, e de mandado de busca e apreensão do citado veículo junto ao DETRAN/DF (fl. 132e). A Corte de origem negou

provimento ao agravo de instrumento interposto, daí a razão do presente Recurso Especial.

Inicialmente, no que tange à possibilidade de se responsabilizar solidariamente a parte ora recorrente pelos débitos do veículo em discussão, o acórdão recorrido assim se manifestou:

"Assim, em análise superficial do que foi determinado pela sentença, somada à circunstância de que o art. 262, do CTB, foi revogado pela Lei n.º 13.281/2016, seria possível concluir que o [1] exequente/agravante não poderia ser responsabilizado pelas despesas com o depósito do veículo, porque a apreensão do veículo teria decorrido de exclusiva responsabilidade do réu, que não pagou os diversos encargos tributários e administrativos incidentes sobre o bem.

Ocorre que, o alienante do veículo, que não comunica a venda ao DETRAN, como no caso dos autos, é responsável solidário pelos débitos de IPVA, nos termos do art. 1º, § 8º, inciso III, da Lei Distrital n.º 7.431/85. Nesse sentido, vejam-se os seguintes arestos deste egrégio Tribunal de Justiça:

(...)

A despeito do que foi determinado na sentença exequenda, o agravante continua responsável perante a Fazenda Pública do Distrito Federal pelos pagamentos dos débitos de IPVA, pois o Distrito Federal não integrou o feito de origem e não é prejudicado pela coisa julgada nele produzida, nos termos do art. 506, do CPC. Assim, para o Distrito Federal, e também para as autarquias que compõem sua Administração Indireta, o recorrente ainda é devedor de IPVA. E se o agravante ainda é devedor de IPVA, deve ser reputado corresponsável, juntamente com executado/agravado, pelo recolhimento do veículo ao depósito do DETRAN" (fls. 133/134e).

Da análise do trecho acima consignado, observa-se que a questão foi decidida, pela Corte de origem, mediante análise de legislação local, qual seja, a Lei Distrital nº 7.431/85. Inviável, pois, a análise do ponto, ante o óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", aplicável ao feito por analogia.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. CLASSIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO COMERCIAL. REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETOS N. 41.446/96 E 21.123/83 DO ESTADO DE SÃO PAULO. SÚMULA 280 DO STF.

1. A Corte de origem, ao decidir pela classificação do recorrente como titular de uma única economia, amparou-se na interpretação da legislação local que regulamenta a matéria, notadamente o Decreto estadual n. 21.123/83, revogado pelo Decreto estadual n. 41.446/1996.

2. A pretensão de revisar o acórdão estadual com o fito de classificar o imóvel como possuidor de múltiplas economias comerciais demanda a interpretação de direito local, o que é vedado em recurso especial, a teor do enunciado n. 280 da Súmula do STF. Agravo regimento improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.423.020/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

"AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO E COBRANÇA. ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETO ESTADUAL N. 21.123/83. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Relativamente à irresignação da Sabesp, extrai-se do acórdão recorrido que a questão pertinente ao "sistema de economias" como forma de cálculo da tarifa da água cobrada dos consumidores comerciais foi decidida a partir da análise do Decreto Estadual n. 21.123/83 do Estado de São Paulo.

2. Conforme dito na decisão agravada, eventual violação da Lei Federal n. 6.528/78 seria reflexa, e não direta, porque o deslinde da controvérsia exigiria a interpretação do mencionado decreto estadual, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 280 do Excelso Pretório.

(...)

8. Agravos regimentais a que se negam provimento" (STJ, AgRg no AREsp 324.604/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/12/2013).

Com efeito, a análise de eventual violação de legislação federal ocorreria, em verdade, de maneira reflexa, vez que, para dirimir a controvérsia dos autos, faz-se necessário a análise de legislação distrital, o que não se mostra possível, em sede de Recurso Especial, por incidência do referido óbice sumular.

Nessa mesma linha de raciocínio, veja-se o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IPVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. OBRIGAÇÃO DE COMUNICAR A ALIENAÇÃO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280 STF.

1. Cuidaram os autos, na origem, de Embargos à Execução requerendo a inexigibilidade da CDA, tendo como fato gerador débitos de IPVA. A sentença julgou improcedente os Embargos à Execução, e o acórdão negou provimento à Apelação.

2. O Tribunal de origem entendeu pela responsabilidade do recorrente por ser ônus do vendedor comunicar a alienação do veículo automotor ao Órgão de Trânsito, sob pena de responsabilizar-se solidariamente pelas obrigações de natureza tributária e demais encargos, conforme previsto no artigo 4º, III, da Lei Estadual 6.606/1989 (atual art.6º, II, da Lei Estadual 13.296/2008) e art. 134 do CTB.

3. O entendimento do STJ tem sido manter o acórdão recorrido quando, apesar de citar o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, também adota como fundamento regra prevista na legislação local para o estabelecimento da responsabilidade tributária solidária.

4. Embora a parte recorrente alegue ter ocorrido violação a dispositivos de leis federais, o tema foi dirimido, pela Corte de origem, com base na interpretação da legislação local que regulamenta a matéria, notadamente a Lei Estadual 13.296/2008. Assim, eventual violação a Lei Federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia demandaria o exame da lei estadual citada, o que não se admite, em Recurso Especial, por força da Súmula 280 do STF, aplicável por analogia.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1786999/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 23/04/2019)

Por fim, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "a despeito do que foi determinado na sentença exequenda, o agravante continua responsável perante a Fazenda Pública do Distrito Federal pelos pagamentos dos débitos de IPVA, pois o Distrito Federal não integrou o feito de origem e não é prejudicado pela coisa julgada nele produzida, nos termos do art. 506, do CPC. Assim, para o Distrito Federal, e também para as autarquias que compõem sua Administração Indireta, o recorrente ainda é devedor de IPVA. E se o agravante ainda é devedor de IPVA, deve ser reputado corresponsável,

juntamente com executado/agravado, pelo recolhimento do veículo ao depósito do DETRAN " (fl. 134e).

Entretanto, **tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF**, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora